



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 9 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 26 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma baixa 40 medidas protecionistas e os empresários querem bem mais VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Presidente quer ampliar comércio com a Índia VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo edita 40 medidas protecionistas..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Indústria afirma que só quer isonomia VEICULAÇÃO NACIONAL	4
FOLHA DE SÃO PAULO Empresas são as que mais consomem importados VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO China acelera uso de barreiras técnicas como arma comercial VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR Relator do Código Florestal repassa decisões a Estados VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR Finep deve obter mais R\$ 6 bi para investir em inovação..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
VALOR China acelera uso de barreiras técnicas como arma comercial VEICULAÇÃO NACIONAL	10

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma baixa 40 medidas protecionistas e os empresários querem bem mais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Raquel Landim

A presidente Dilma Rousseff já adotou uma avalanche de iniciativas para proteger a indústria nacional da invasão dos importados. Levantamento feito pelo 'Estado' identificou 40 medidas aplicadas ou em análise. O protecionismo brasileiro provoca apreensão nos parceiros comerciais, mas os empresários reclamam que as medidas são pontuais e não resolvem o problema.

O esforço engloba desde medidas abrangentes como intervenção no câmbio, maior fiscalização nos portos e preferência a produtos nacionais em licitações, até sobretaxas para produtos específicos, elevação de impostos só para importados e a renegociação do acordo automotivo com o México.

Desde o início da crise em 2008, o Ministério da Fazenda já alterou 13 vezes a alíquota e/ou o prazo do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para frear a entrada de dólares - seis só no governo Dilma. O Banco Central também intervém rotineiramente no mercado de câmbio para impedir a alta do real.

A equipe do ministro Guido Mantega adotou medidas heterodoxas no comércio exterior como a alta de 30 pontos percentuais do IPI dos carros importados ou a transformação do imposto de importação do vestuário em valor fixo (a medida já é lei, mas não foi regulamentada).

A Receita Federal se tornou protagonista no esforço de defender a indústria. Na semana passada, deflagrou a operação Maré Vermelha, que torna mais rigorosa a importação de vários bens de consumo. "Com 200 servidores envolvidos, a mobilização da operação é histórica", disse

Ernani Argolo Checcucci Filho, subsecretário de aduanas e relações internacionais.

O órgão discute convênio com o Inmetro para verificar se os produtos importados respeitam normas de qualidade e segurança. Importadores temem que fiscalização vire barreira técnica.

Reforço. Os mecanismos de defesa comercial tradicionais foram reforçados. O governo Dilma aplicou 14 taxas antidumping e outras 11 investigações estão em curso. Também retomou a utilização das salvaguardas e implementou novos instrumentos, como combate a triangulação e investigação de subsídios.

Para Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Unctad, "o Brasil segue o caminho da Argentina" - país criticado pelo protecionismo. Ele diz que a desindustrialização é grave e que as medidas seriam aceitáveis se fossem temporárias e acompanhadas de reformas estruturais.

Vera Thorstensen, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), argumenta que o Brasil não é protecionista, porque utiliza mecanismos previstos nas regras internacionais. Além disso, a valorização do real anula as tarifas de importação. "A não ser que se discuta a manipulação do câmbio na OMC, o País vai ter que inventar medidas cinzentas para se defender".

Indústria afirma que só quer isonomia com importados



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO Presidente quer ampliar <u>comércio</u> com a Índia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A viagem da presidente Dilma Rousseff incluirá uma visita oficial à Índia, com discussões bilaterais com objetivo de aumentar o comércio entre os dois países dos atuais US\$ 9,1 bilhões para US\$ 15 bilhões, até 2015.

Nos dias 28 e 29 de março, paralelamente aos Brics serão realizados dois fóruns financeiros com objetivo analisar possibilidades de estímulo ao comércio, que hoje é da ordem de US\$ 250 bilhões. Um deles será com a presença de

presidentes ou representantes de bancos centrais dos quatro países, e o outro com ministros da economia.

Os integrantes do grupo querem consolidar os Brics como referência no cenário econômico e político internacional, tomando posições conjuntas e fortalecendo ideias defendidas pelos emergentes. Durante as reuniões, as autoridades brasileiras querem apresentar a diversidade do mercado exportador do Brasil, mostrando que ele não se resume a produtos agrícolas

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo edita 40 medidas protecionistas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo da presidente Dilma Rousseff prepara, ou já baixou, 40 medidas para proteger a indústria nacional contra importados. O protecionismo brasileiro provoca apreensão nos parceiros comerciais, mas os empresários reclamam que é pouco.

Dilma baixa 40 medidas protecionistas e os empresários querem bem mais

RAQUEL LANDIM - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff já adotou uma avalanche de iniciativas para proteger a indústria nacional da invasão dos importados. Levantamento feito pelo "Estado" identificou 40 medidas aplicadas ou em análise. O protecionismo brasileiro provoca apreensão nos parceiros comerciais, mas os empresários reclamam que as medidas são pontuais e não resolvem o problema.

O esforço engloba desde medidas abrangentes como intervenção no câmbio, maior fiscalização nos portos e preferência a produtos nacionais em licitações, até sobretaxas para produtos específicos, elevação de impostos só para importados e a renegociação do acordo automotivo com o México.

Desde o início da crise em 2008, o Ministério da Fazenda já alterou 13 vezes a alíquota e/ou o prazo do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para frear a entrada de dólares - seis só no governo Dilma. O Banco Central também intervém rotineiramente no mercado de câmbio para impedir a alta do real.

A equipe do ministro Guido Mantega adotou medidas heterodoxas no comércio exterior como a alta de 30 pontos percentuais do IPI dos carros importados ou a transformação do imposto de importação do vestuário em valor fixo (a medida já é lei, mas não foi regulamentada).

A Receita Federal se tornou protagonista no esforço de defender a indústria. Na semana passada, deflagrou a operação Maré Vermelha, que torna mais rigorosa a importação de vários bens de consumo. "Com 200 servidores envolvidos, a mobilização da operação é histórica", disse Ernani Argolo Checcucci Filho, subsecretário de aduanas e relações internacionais.

O órgão discute convênio com o Inmetro para verificar se os produtos importados respeitam normas de qualidade e segurança. Importadores temem que fiscalização vire barreira técnica.

Reforço. Os mecanismos de defesa comercial tradicionais foram reforçados. O governo Dilma aplicou 14 taxas antidumping e outras 11 investigações estão em curso. Também retomou a utilização das salvaguardas e implementou novos instrumentos, como combate a triangulação e investigação de subsídios.

Para Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Unctad, "o Brasil segue o caminho da Argentina" - país criticado pelo protecionismo. Ele diz que a desindustrialização é grave e que as medidas seriam aceitáveis se fossem temporárias e acompanhadas de reformas estruturais.

Vera Thorstensen, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), argumenta que o Brasil não é protecionista, porque utiliza mecanismos previstos nas regras internacionais. Além disso, a valorização do real anula as tarifas de importação. "A não ser que se discuta a manipulação do câmbio na OMC, o País vai ter que inventar medidas cinzentas para se defender".

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria afirma que só quer isonomia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresários reclamam que há muitas demandas que ainda não foram atendidas pelo governo e dizem que querem isonomia com importados

RAQUEL LANDIM - O Estado de S.Paulo

Apesar do grande número de medidas do governo Dilma Rousseff para proteger a indústria nacional, os empresários ainda consideram o esforço "insuficiente" e reclamam que há muitas demandas que não foram atendidas. Os representantes da indústria enfatizam que não precisam de "proteção", mas de isonomia para competir com os importados.

"São muitas medidas pontuais. Fica parecendo que fizeram muita coisa, mas não é verdade", disse o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. "Queremos uma ruptura com as medidas pontuais e a adoção de reformas eficazes", completou.

Skaf participou na quinta-feira do encontro de Dilma, em Brasília, com 28 comandantes de empresas de grande porte. Hoje recebe na Fiesp o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Skaf pediu ao governo que a desoneração da folha de pagamento abranja toda a indústria, sem a contrapartida da criação de um novo imposto.

Mantega vem discutindo com alguns setores, como bens de capital e a indústria naval, a desoneração da contribuição patronal do INSS, que seria substituída por um imposto de cerca de 1% sobre o faturamento. O presidente da Fiesp solicitou ainda esforço para reduzir o custo da energia elétrica brasileira, "que é o segundo mais alto do mundo".

Para Milton Cardoso, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), o diagnóstico do governo sobre os problemas da indústria está correto, mas as medidas são lentas e adotadas a conta-gotas. "Quando uma medida é aplicada, o problema já está maior", disse.

Ele dá o exemplo do antidumping contra a importação de calçados chineses. Segundo o executivo, quando a

sobretaxa foi adotada, os importadores estavam trazendo os tênis via Vietnã, Malásia e Tailândia.

O governo iniciou então um processo para apurar se há triangulação de calçados, que ainda não foi concluído, enquanto os importadores já começam a trazer o produto desmontado.

Guerra. Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), diz que a indústria precisa de medidas de "curtíssimo, médio e longo prazos". "Queremos a reforma tributária, mas também precisamos de medidas urgentes. O mundo vive uma guerra comercial", argumentou.

Diniz está especialmente preocupado com a "guerra dos portos", em que alguns Estados concedem redução de ICMS ao produto importado. O governo tenta acabar com problema por meio de uma minirreforma tributária no Congresso.

O dirigente da Abit diz que "não falta vontade política ao governo Dilma para atender os pleitos da indústria", enfatizando a disponibilidade dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, em receber os empresários.

Outros setores não estão tão satisfeitos com a postura do governo. Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), reclama que nunca recebeu uma resposta do pleito do setor para elevar as tarifas de importação para 35%.

A Abinee tenta agora incluir os fabricantes de aparelhos de geração e distribuição de energia nas desonerações da folha de pagamentos, mas ainda não foi chamada por Guido Mantega para conversar.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas são as que mais consomem <u>importados</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

DE SÃO PAULO

Apesar de a indústria ser a principal origem dos ataques contra o crescimento das importações, são exatamente as empresas que mais consomem produtos estrangeiros.

Em 2011, insumos e equipamentos responderam por 66% das importações, segundo dados do governo.

Nilson Teixeira, do Credit Suisse, observa que a inflação brasileira é mais elevada que a de seus parceiros comerciais, o que torna a produção mais cara no país. Para fugir de custos maiores, a indústria recorre a insumos estrangeiros para sobreviver.

Representantes dos setores calçadista, têxtil e de vestuário -cujas produções caíram no ano passado- contam que as empresas têm aumentado a importação de insumos ou

mesmo de produtos prontos que são apenas revendidos internamente.

O economista da FGV Maurício Canêdo considera positivo o aumento das importações. Segundo ele, a compra de máquinas e insumos melhores é um meio de absorver novas tecnologias.

Ele diz que é inevitável que setores menos competitivos encolham no Brasil. "A gente vai sustentar um setor ineficiente, que provavelmente vai vender produtos mais caros e com uma qualidade pior a troco de quê?", questiona.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO China acelera uso de barreiras técnicas como arma comercial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Marta Watanabe

Desde 2001, quando ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China notificou ao órgão de regulação do comércio internacional um total de 851 regulamentos e normas técnicas que passaram a ser exigidos dos produtos que desembarcam em território chinês. Esse volume ultrapassa com folga as 564 notificações de mesma natureza que o Brasil fez num período muito mais longo, desde 1995, quando a OMC iniciou suas atividades e passou a receber as notificações com base no acordo de barreiras técnicas que vigora até hoje.

O número de notificações dos Estados Unidos e da União Europeia também ultrapassa com folga o do Brasil. Desde 1995 os americanos apresentaram à OMC total de 866 normas e os europeus, 601. Os dados são do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Em agosto do ano passado, quando lançou o Plano Brasil Maior, a política de desenvolvimento industrial, o Governo Federal divulgou entre as medidas de defesa comercial a ampliação e reforço nas barreiras técnicas.

O Brasil tem muita qualidade na emissão dessas normas, mas precisamos ter uma quantidade maior, diz José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB). Esses regulamentos e normas, explica Castro, versam sobre requisitos necessários aos bens e serviços importados e também contêm exigências relacionadas aos seus processos de produção. As normas podem fazer exigências de naturezas diversas, desde a área de proteção ao consumidor, até as de segurança, saúde e de ambiente. Quando aplica esse tipo de norma, o país estende ao produto importado os padrões técnicos e de qualidade aplicados à indústria doméstica. Na prática, porém, essas normas funcionam e são usadas estrategicamente como barreiras técnicas à importação, diz Castro.

Os dados do Inmetro mostram um rápido crescimento das notificações da China. Integrante da OMC desde 2001, as notificações do país asiático se iniciaram em 2003 com 28 notificações. Em 2005, porém, a China já havia elevado o volume para 112 notificações. De 2007 a 2012 os chineses

notificaram 624 novas normas, quase o triplo das 227 barreiras técnicas registradas por eles na OMC nos cinco anos anteriores. Na sequência desses dois quinquênios, os americanos duplicaram as novas notificações, de 214 para 437 registros. A União Europeia aumentou as normas notificadas de 120 para 278. As notificações brasileiras também cresceram no mesmo período, mas em nível bem menor, de 201 para 219 registros.

Para Rogerio Corrêa, chefe da divisão de superação de barreiras técnicas do Inmetro, a tendência mundial de aumento das notificações ao longo dos últimos anos aconteceu em razão do crescimento do comércio internacional e também pelo uso da barreira técnica como mecanismo de proteção.

O maior alvo de novas normas técnicas da China nos últimos três anos foi o segmento de máquinas e materiais elétricos, além de aparelhos de som e TVs. Esses produtos representaram um terço das notificações totais dos chineses nos últimos três anos e também foram os que tiveram maior registro de novas normas técnicas pelos americanos, no mesmo período. No Brasil e na União Europeia, o maior volume de notificações de 2008 a 2011 foi direcionado aos produtos químicos. Além dos eletrônicos, a regulação de alimentos e bebidas alcoólicas também estão entre os principais alvos de normas registradas pelo Brasil e pelos países da zona do euro.

Castro, da AEB, acredita que a evolução das notificações da China é mais um fator que revela como o país se preparou para a exportação sem perder de vista os mecanismos disponíveis para a proteção da produção doméstica. Eduardo Gadret, do Inmetro, acredita que o aumento rápido dos registros de novas normas pela China reflete o desenvolvimento econômico do país asiático. Para ele é difícil avaliar se a quantidade de notificações também possui viés protecionista. Na prática, porém, diz Gadret, o efeito é aumentar a dificuldade para a exportação aos chineses.

Gadret lembra que uma das iniciativas do Governo Federal para reforçar a atuação do país nas barreiras técnicas foi o reforço de cem novos servidores para o Inmetro. Segundo Gadret, ele espera para este ano aumento de

notificações e isso não deve acontecer somente em razão de crescimento econômico. As barreiras técnicas são uma nova arma no **comércio** internacional. Nosso objetivo não é criar dificuldade para a **importação**, mas elevar a qualidade do que chega do exterior e criar concorrência mais justa para o produto doméstico. Segundo ele, o Inmetro também deve ser mais atuante no questionamento de barreiras aplicadas pelos demais países.

Carol Monteiro de Carvalho, advogada do Bichara, Barata & Costa Advogados, explica que as novas normas técnicas, quando passam a ser aplicadas, precisam ser

notificadas à OMC pelos países membros. Em alguns casos, as normas podem gerar contenciosos. De acordo com relatório do Comitê de Barreiras Técnicas da OMC, houve 303 contenciosos de janeiro de 1995 a março de 2011. O que mais gerou essas discussões foram pedidos de esclarecimentos sobre as medidas, além de questionamentos sobre a necessidade da barreira técnica e sobre a transparência na aplicação das exigências. As regiões que mais tiveram medidas questionadas foram União Europeia, China e Estados Unidos.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Relator do Código Florestal repassa decisões a Estados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Relator do Código Florestal repassa decisões a Estados

Em decisão que deverá desagradar aos ambientalistas, o relator do Código Florestal na Câmara, deputado Paulo Piau (PMDB-MG), delega aos Estados a responsabilidade por decidir sobre a mata ciliar nas margens de rios com largura superior a 10 metros. O Valor teve acesso ao texto final preparado por Piau, que fez, ao todo, 29 mudanças em relação à proposta do Senado e confia que o texto está "muito próximo" do definitivo.

O principal ponto de disputa, o artigo 62, que trata da recomposição na beira de rios, foi modificado para dar "liberdade" aos Estados de escolher "qual a melhor solução" na recomposição de mata nativa. "É pouco inteligente criar regras de Brasília que valerão para o país inteiro", disse. "O texto do Senado veio muito bom, mas não se pode definir a mesma norma para a **Amazônia**, Pampas, Caatinga, Cerrado. Cada bioma tem suas peculiaridades".

Relator quer que Estados decidam recomposição das margens de rios

Tarso Veloso | De Brasília

O relatório do novo Código Florestal delega aos Estados a responsabilidade de decidir como será feita a recomposição da mata ciliar nas margens de rios com largura superior a 10 metros. O Valor teve acesso ao texto final preparado pelo deputado Paulo Piau (PMDB-MG). O relator fez, ao todo, 29 mudanças em relação à proposta do Senado e cravou que o texto é "muito próximo" do definitivo.

O principal ponto de disputa, o artigo 62, que trata da recomposição na beira de rios, foi modificado para dar "liberdade" aos Estados em escolher "qual a melhor solução" na recomposição de mata nativa. O relator diz que não faz sentido criar uma regra em Brasília, que definirá, de antemão, normas fechadas para todo o Brasil. Piau diz que é "interessante" fazer as análises **regionalmente**. "É pouco inteligente criar regras de Brasília que valerão para o país inteiro", disse ao Valor. "O texto do Senado veio muito bom, mas não se pode definir a mesma norma para a **Amazônia**,

pampas, caatinga, cerrado. Cada bioma tem suas peculiaridades".

O relator foi além ao dizer que outras partes do texto contêm o mesmo "erro", um "roubo" de legislação complementar dos Estados. "O código está viciado nessa tendência de criar normas específicas em leis federais, quando o próprio artigo 24 da Constituição diz que a União deve criar normas gerais e os Estados, normas específicas", argumenta Piau. "Quem sabe no artigo 62 podemos caminhar na direção correta, daquilo que realmente deve ser feito", diz.

O relatório final suprimiu o parágrafo 2º do artigo 42, que criava categorias para enquadrar os produtores por boas práticas agrícolas. A versão do Senado criava uma espécie de "rating ambiental" dos produtores. Com isso, haveria uma diferenciação entre quem poderia receber uma série de benefícios, como redução de impostos e linhas de financiamento, por exemplo.

Paulo Piau também mudou o artigo 64, que define a consolidação de atividades "agrossilvopastoris" nas encostas e topos de morro. Agora, foram incluídos terrenos que já tenham passado por alterações na vegetação campestre, o que ajuda, principalmente, os produtores de leite do Rio de Janeiro, o café de Minas Gerais e a maçã de Santa Catarina.

Embora polêmico, o relatório de Piau pode deixar um ponto crítico de fora: é o parágrafo 1º do artigo 4, que trata das Áreas de Preservação Permanentes (APP). Ele pode não constar do texto, antecipou Piau. O artigo, um dos mais criticados, delimita a extensão que devem ter as APPs em rios. As distâncias de mata nativa variam conforme a extensão dos rios. A menor recomposição será de 30 metros para cursos d'água de até 10 metros e a máxima, de 500 metros de mata para rios de 600 metros de largura.

A opinião do relator neste caso é parecida com a sua decisão do artigo 62. "Não tirei o artigo 4, pois estou esperando uma questão regimental. Se for resolvida, o artigo deve ser retirado", revela. "O certo é a União participar junto com os Estados, assim como na questão da recomposição das margens de rios, para acompanhar a consolidação, e não definir metas sem avaliar caso a caso".

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Finep deve obter mais R\$ 6 bi para investir em inovação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

João Villaverde | De Brasília

O governo deve autorizar nos próximos dias repasse de até R\$ 6 bilhões do Banco Nacional de **Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** para a **Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)**, por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). No ano passado, quando houve o primeiro repasse, a Finep recebeu R\$ 3,750 bilhões do **BNDES** e contratou integralmente esse volume.

O ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, que acompanha a presidente Dilma Rousseff na comitiva brasileira que visita a Índia nesta semana, já conversou sobre esses recursos com o presidente do **BNDES**, Luciano Coutinho, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A Finep está com uma carteira de projetos em análise na ordem de R\$ 5,7 bilhões, herdados de 2011, que poderão ser financiados, caso se concretize a transferência desses recursos. As linhas do PSI operadas pela Finep são oferecidas com taxa de juros de 4% a 5% ao ano, dependendo do projeto.

Com carência de um ano, no mínimo, o retorno dos empréstimos feitos pela Finep às companhias em 2011 começará a ficar relevante na segunda metade deste ano, o que deve fortalecer o capital disponível para financiamentos, afirmou ao Valor o presidente da Finep, Glauco Arbix.

O orçamento da Finep, no ano, já conta com R\$ 933 milhões do Fundo Nacional de **Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)**, R\$ 220 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e R\$ 200 milhões do Fundo de **Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel)**. "O governo terá um ano muito forte para a inovação e os investimentos em tecnologia e ciência virão de diversas áreas", afirmou Raupp.

Na semana passada, algumas entidades e associações patronais assinaram manifesto com críticas ao contingenciamento de verbas do **Ministério**. Em fevereiro, o governo anunciou a redução de R\$ 1,48 bilhão no orçamento da pasta, que passou de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 5,2 bilhões. Entre os signatários, estavam entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Na quinta-feira, após reunião com 28 empresários de grandes companhias e a presidente Dilma, Mantega, afirmou que "o avanço em inovação é crucial em momento de crise aguda, e os empresários entenderam que essa é uma prioridade do governo".

Raupp afirmou que o manifesto mostrou "interesse saudável" dos empresários no papel de liderança do governo em criar condições para o avanço dos investimentos em inovação e ciência. Mas, segundo ele, "é preciso entender que o **Ministério** não é o único responsável pela inovação, que é um tema horizontal".

"O **Ministério** tem o papel de organizar e viabilizar ações transversais no setor público", disse o ministro. As principais ações do governo em 2012 para criar um efeito em cascata sobre novas cadeias produtivas, afirmou, não dependem de recursos da Ciência e Tecnologia.

Segundo Raupp, a formação de um complexo industrial da saúde depende do **Ministério** da Saúde, bem como o fortalecimento do segmento de defesa, por meio do regime especial de tributação do setor, aprovado no ano passado, é uma iniciativa do **Ministério** da Defesa. "Nosso papel é o de coordenar essas ações", explicou.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO China acelera uso de barreiras técnicas como arma comercial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Marta Watanabe | De São Paulo

Desde 2001, quando ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China notificou ao órgão de regulação do comércio internacional um total de 851 regulamentos e normas técnicas que passaram a ser exigidos dos produtos que desembarcam em território chinês. Esse volume ultrapassa com folga as 564 notificações de mesma natureza que o Brasil fez num período muito mais longo, desde 1995, quando a OMC iniciou suas atividades e passou a receber as notificações com base no acordo de barreiras técnicas que vigora até hoje.

O número de notificações dos Estados Unidos e da União Europeia também ultrapassa com folga o do Brasil. Desde 1995 os americanos apresentaram à OMC total de 866 normas e os europeus, 601. Os dados são do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Em agosto do ano passado, quando lançou o Plano Brasil Maior, a política de desenvolvimento industrial, o Governo Federal divulgou entre as medidas de defesa comercial a ampliação e reforço nas barreiras técnicas.

"O Brasil tem muita qualidade na emissão dessas normas, mas precisamos ter uma quantidade maior", diz José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB). Esses regulamentos e normas, explica Castro, versam sobre requisitos necessários aos bens e serviços importados e também contêm exigências relacionadas aos seus processos de produção. As normas podem fazer exigências de naturezas diversas, desde a área de proteção ao consumidor, até as de segurança, saúde e de ambiente. Quando aplica esse tipo de norma, o país estende ao produto importado os padrões técnicos e de qualidade aplicados à indústria doméstica. Na prática, porém, essas normas funcionam e são usadas estrategicamente como barreiras técnicas à importação, diz Castro.

Os dados do Inmetro mostram um rápido crescimento das notificações da China. Integrante da OMC desde 2001, as notificações do país asiático se iniciaram em 2003 com 28 notificações. Em 2005, porém, a China já havia elevado o volume para 112 notificações. De 2007 a 2012 os chineses

notificaram 624 novas normas, quase o triplo das 227 barreiras técnicas registradas por eles na OMC nos cinco anos anteriores. Na sequência desses dois quinquênios, os americanos duplicaram as novas notificações, de 214 para 437 registros. A União Europeia aumentou as normas notificadas de 120 para 278. As notificações brasileiras também cresceram no mesmo período, mas em nível bem menor, de 201 para 219 registros.

Para Rogerio Corrêa, chefe da divisão de superação de barreiras técnicas do Inmetro, a tendência mundial de aumento das notificações ao longo dos últimos anos aconteceu em razão do crescimento do comércio internacional e também pelo uso da barreira técnica como mecanismo de proteção.

O maior alvo de novas normas técnicas da China nos últimos três anos foi o segmento de máquinas e materiais elétricos, além de aparelhos de som e TVs. Esses produtos representaram um terço das notificações totais dos chineses nos últimos três anos e também foram os que tiveram maior registro de novas normas técnicas pelos americanos, no mesmo período. No Brasil e na União Europeia, o maior volume de notificações de 2008 a 2011 foi direcionado aos produtos químicos. Além dos eletrônicos, a regulação de alimentos e bebidas alcoólicas também estão entre os principais alvos de normas registradas pelo Brasil e pelos países da zona do euro.

Castro, da AEB, acredita que a evolução das notificações da China é mais um fator que revela como o país se preparou para a exportação sem perder de vista os mecanismos disponíveis para a proteção da produção doméstica. Eduardo Gadret, do Inmetro, acredita que o aumento rápido dos registros de novas normas pela China reflete o desenvolvimento econômico do país asiático. Para ele é difícil avaliar se a quantidade de notificações também possui viés protecionista. Na prática, porém, diz Gadret, o efeito é aumentar a dificuldade para a exportação aos chineses.

Gadret lembra que uma das iniciativas do Governo Federal para reforçar a atuação do país nas barreiras técnicas foi o reforço de cem novos servidores para o Inmetro. Segundo Gadret, ele espera para este ano aumento de

notificações e isso não deve acontecer somente em razão de crescimento econômico. "As barreiras técnicas são uma nova arma no **comércio** internacional. Nosso objetivo não é criar dificuldade para a **importação**, mas elevar a qualidade do que chega do exterior e criar concorrência mais justa para o produto doméstico." Segundo ele, o Inmetro também deve ser mais atuante no questionamento de barreiras aplicadas pelos demais países.

Carol Monteiro de Carvalho, advogada do Bichara, Barata & Costa Advogados, explica que as novas normas técnicas, quando passam a ser aplicadas, precisam ser

notificadas à OMC pelos países membros. Em alguns casos, as normas podem gerar contenciosos. De acordo com relatório do Comitê de Barreiras Técnicas da OMC, houve 303 contenciosos de janeiro de 1995 a março de 2011. O que mais gerou essas discussões foram pedidos de esclarecimentos sobre as medidas, além de questionamentos sobre a necessidade da barreira técnica e sobre a transparência na aplicação das exigências. As regiões que mais tiveram medidas questionadas foram União Europeia, China e Estados Unidos.